

O número 31 da *Revista de Sociologia e Política* traz um dossiê sobre a Nova Sociologia Econômica, organizado pelos professores Eduardo Gomes e Ana Kirschner, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essa é uma área que tem crescido bastante nos últimos anos – com pesquisadores de várias regiões do Brasil e do exterior mantendo um intenso diálogo entre si. Além de artigos originais em português, este dossiê apresenta também duas traduções de artigos em francês apresentados em eventos científicos recentes no Brasil.

* * *

Enquanto escrevemos essas linhas – outubro de 2008 – a *Revista de Sociologia e Política* aguarda com ansiedade a divulgação pela Coordenação de Apoio ao Pessoal de Nível Superior (Capes) dos resultados da nova classificação de periódicos científicos, isto é, do Qualis. Enquanto até este ano as revistas científicas eram classificadas como Internacional, Nacional e Regional, cada nível subdividido em categorias A, B e C, a partir de agora elas serão conceituadas em A (subníveis 1 e 2), B (subníveis 1 a 5) e C.

Embora sem pretender uma simetria exata, a nova ordenação aproxima o Qualis do sistema de classificação dos programas brasileiros de pós-graduação. Além disso, embora haja três grandes categorias (A, B e C), o fato é que essa nova escala é contínua, ao começar em C (a pior classificação) até chegar a A1 (em que estarão as melhores revistas brasileiras), passando pelas diversas etapas intermediárias. Enquanto pelo sistema anterior muitas vezes valia mais a pena para um periódico ser “Nacional A” que “Internacional C” – ou seja, u’ a melhora na classificação poderia representar, simbolicamente, uma perda, ao passar de “A” para “B” ou “C” –, o novo sistema é um avanço, pois melhorias na classificação como um todo são acompanhadas de uma nota que indica efetivamente esse progresso. Além disso, os critérios para um periódico passar de um nível para outro tornaram-se mais claros: abrangência do corpo editorial, exogenia dos artigos publicados, ineditismo das publicações, coerência na política editorial e assim por diante.

Entretanto, há algumas questões que devem ser debatidas pela comunidade acadêmica brasileira.

A primeira delas refere-se aos critérios adotados por algumas agências de fomento à pesquisa para distribuição de recursos para apoio a periódicos científicos: por vezes a titulação do editor-chefe ou do editor responsável é mais valorizada que a qualidade dos artigos publicados ou que a coerência na proposta editorial da revista. Embora isso possa parecer, à primeira vista, um estímulo à capacitação dos editores, uma análise mais aprofundada revela que aspectos absolutamente externos ao periódico são mais importantes que a própria qualidade da publicação. Em outras palavras, mais relevante que o ineditismo dos artigos publicados e a coerência editorial – enfim, a efetiva contribuição da revista para a área de pesquisas –, é a simples titulação do editor-chefe (ou seu prestígio junto aos pares, sua projeção na área, sua capacidade de formar redes de apoio e mobilizá-

las etc.). Se o objetivo é estimular a formação acadêmica dos corpos editoriais, há mecanismos mais adequados e muito menos daninhos para as revistas que esse.

Outra questão diz respeito à importância concedida às resenhas bibliográficas nos periódicos científicos: afinal de contas, qual seu valor? É senso comum que um periódico científico tem de ter uma sessão de resenhas, mas o fato é que esse exercício intelectual é menos que o “primo pobre” nas revistas científicas: o “primo pobre” possui o direito de cidade, ao passo que no Brasil não se concede efetiva cidadania acadêmica às resenhas. Ao serem questionadas a respeito, as duas principais agências de fomento científico no Brasil (Capes e CNPq) foram incapazes de responder inequivocamente essa questão; outros periódicos da área de Ciências Sociais nem sequer deram resposta. Dessa forma, é inevitável a pergunta: se elas não são valorizadas, por que perder tempo e dinheiro com elas? Mais do que isso: a indefinição do valor acadêmico das resenhas resulta em que, regra geral, esses exercícios intelectuais são pouco mais que *grandes resumos de caráter laudatório* dos livros de que tratam.

É evidente que somos a favor das resenhas bibliográficas, mas partindo de uma radical reformulação do modelo praticado no Brasil. O melhor exemplo para esse caso, assim como para inúmeros outros, é o que se pratica na Europa e nos Estados: nesses países, as resenhas são *ensaios bibliográficos*, em que os resenhistas fazem um balanço das áreas de pesquisa a partir da reflexão sobre um ou mais livros recém-publicados. Nesses ensaios bibliográficos, não apenas as obras que deram origem à reflexão são examinadas, mas o conjunto da área de pesquisa, incluindo aí questões teóricas, empíricas, metodológicas etc. Uma busca rápida pelos principais indexadores internacionais logo evidencia o que temos em vista: os principais autores – pelo menos das Ciências Sociais – têm o grosso de sua produção intelectual, por vezes ultrapassando 60% dela, na forma de resenhas, cujas extensões ultrapassam com facilidade o limiar de 15 páginas cada.

Uma última questão refere-se às publicações em língua portuguesa, mais que às meras revistas científicas. Não podemos deixar de manifestar-nos a respeito do Acordo Ortográfico, recentemente promulgado (em 29 de setembro) e que visa a unificar a língua portuguesa no âmbito dos países lusófonos. Esse acordo, embora seja afirmado buscar a facilitação do relacionamento entre esses países, parece-nos que trará poucos benefícios para muitas dificuldades de implantação: afinal de contas, se há algum impedimento na comunicação entre Portugal, Brasil, Angola, Moçambique e os inúmeros pequenos países que falam o português na Ásia e na África – mas será que falam mesmo o português? –, esse impedimento não se deve à existência ou não do “c” no meio de algumas palavras, mas à simples falta de diálogo político e intercâmbio cultural. Em outros termos, as dificuldades de relacionamento – que, até o momento, foram mais postuladas que demonstradas – e suas respectivas soluções estão muito mais no âmbito especificamente político que no ortográfico.

* * *

Na seção “Textos Fundamentais” apresentamos um dos artigos fundadores da linha teórica do neo-institucionalismo – o texto de James March e Johan Olsen, “Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política”, em sua primeira tradução para a língua portuguesa. Esse artigo, cuja versão original foi publicada em setembro de 1984 na *American Political Science Review*, é sem dúvida alguma um novo clássico da Ciência Política; publicando-o, a *Rev. Sociol. Polít.* dá continuidade à sua política editorial de tornar acessível *em português* ao público pesquisador textos de referência na área.

Além disso, na seção “Debates” apresentamos um diálogo travado entre Michel Löwy e Michel Cahen a respeito dos conceitos de nacionalismo e internacionalismo, antecedidos pela introdução de Ângela Lazagna. Uma curiosa particularidade desse debate é que ele ocorreu em duas partes ao longo de uma década, ou seja, entre o artigo original de Löwy e os comentários de Cahen, por um

lado, e a introdução de Lazagna, por outro lado, passaram-se quase dez anos. Para a presente versão, o debate original foi revisto pelos autores e, onde eles consideraram oportuno, acrescentaram notas explicativas ou complementares. Mais que desvalorizar as intervenções originais, o lapso de tempo transcorrido até agora permite que se avalie até que ponto as observações iniciais eram ou não procedentes; além disso, evita uma prática agora tão comum no Brasil e, sem dúvida, também alhures: a publicação burocrática de artigos, que caem logo no esquecimento e que não produzem os necessários efeitos de reflexão intelectual.

Na seção de artigos variados temos textos sobre o controle dos três poderes após a promulgação do texto constitucional de 1988; sobre a globalização e o Estado de Bem-Estar Social no mundo; sobre a atuação da Agência Brasileira de Inteligência nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva e, por fim, sobre a relação entre modernização política e práticas “atrasadas” durante os anos 1990.

Finalmente, na seção de resenhas, apresentamos textos que avaliam recentes publicações sobre as relações entre as classes sociais e a política; sobre a atuação política dos “agraristas”; sobre as reformas políticas nos países periféricos ocorridas no contexto da prevalência do neoliberalismo; sobre as linhagens do pensamento político brasileiro; sobre vários aspectos das elites governantes do estado do Paraná.

* * *

A Revista de Sociologia e Política integra o Programa de Apoio a Periódicos da Universidade Federal do Paraná e conta com seu patrocínio, bem como do curso de Especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição, além do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aos quais expressamos nossos sinceros agradecimentos.

Gustavo Biscaia de Lacerda
Editor